



UNIVERSIDADE FEDERAL MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS DO PANTANAL – CPAN

CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

HENRIQUE GABRIEL PETRACHIN PUTTI

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUAL PELA GERAÇÃO
DIGITAL: um estudo exploratório**

CORUMBÁ-MS

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS DO PANTANAL – CPAN

CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

HENRIQUE GABRIEL PETRACHIN PUTTI

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUAL PELA GERAÇÃO

DIGITAL: um estudo exploratório

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado na Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ronny Machado de
Moraes

CORUMBÁ-MS

2025

HENRIQUE GABRIEL PETRACHIN PUTTI

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUAL PELA GERAÇÃO
DIGITAL: um estudo exploratório**

Trabalho de conclusão de curso do curso de
graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do
Pantanal.

Aprovado em: 06 de Maio de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronny Machado de Moraes – UFMS
Orientador

Prof. Dr. Carolini Cássia Cunha – UFMS
Membro da banca

Prof. Dr. Alexandre Cougo – UFMS
Membro da banca

AGRADECIMENTOS

Em 2020, quando estava com muito medo de mudar para uma cidade tão longe da minha família para estudar, não fazia ideia de que seria uma das melhores experiências da minha vida, e dessa forma, gostaria de iniciar agradecendo todas as pessoas que contribuíram para que isso fosse possível e que me apoiaram nesse processo.

Agradeço a minha mãe e meu tio pai, Regina e Maicon, pelo apoio incondicional. Sem vocês eu não seria metade da pessoa que sou hoje. Ao meu pai, Marco, que quando eu estava com muito medo me disse: “filho, vai com a cara e a coragem que a gente vai estar do seu lado”, e eu soube que não estaria sozinho.

À minha família, meus tios, padrinhos, primos, irmãos, minhas avós e meu avô, que se tentasse colocar o nome de cada um, não caberia nesse trabalho. O fato de ter uma família tão grande, unida e que me apoia em todos os momentos é algo que eu agradeço todos os dias.

Aos meus amigos de Corumbá, que foram um alicerce essencial para me manter forte nessa trajetória. Em especial ao Bruno, Jota, Lorayne, Pedro, João e Mirella. Obrigado por me ouvirem e me apoiarem, mesmo que as vezes sem paciência.

Agradeço imensamente a Marina, sem você eu nunca estaria onde estou hoje. Obrigado por ter sido tão especial e importante nessa trajetória.

E por fim, agradeço ao meu orientador, Ronny Machado de Moraes, pela fonte de inspiração, apoio e paciência.

A felicidade só é real quando compartilhada, e por isso, para todas as pessoas que passaram, passam e vão passar pela minha vida, meus mais sinceros, muito obrigado.

RESUMO

O propósito central desta pesquisa foi explorar como algoritmos influenciam e são influenciados pelas dinâmicas sociais contemporâneas na formação e sexualidade em ambientes digitais. O delineamento da pesquisa é o estudo exploratório e a abordagem metodológica adotada incluiu a revisão de literatura relevante e a análise de dados secundários. Os achados da pesquisa indicam que atuam simultaneamente capacitando e limitando a expressão, levando à conclusão de que a relação é dinâmica, ou seja, vive em constante movimento, adaptando-se de acordo com a necessidade de um novo cenário. Ao mesmo tempo que contribui para a construção de relações e laços significativos, também contribui para conexões superficiais. As observações finais ressaltam a necessidade de prosseguir com investigações nessa área para aprofundar o entendimento do tema e promover avanços futuros.

PALAVRAS-CHAVES: Identidade de Gênero. Algoritmos. Cultura Digital. Representação de Gênero.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Influência dos algoritmos na construção da identidade de gênero e sexual	10
2.2 Algoritmos e o contexto sócio-histórico das normas de gênero	13
2.3 Interações entre usuários e algoritmos: estratégias de resistência	17
2.4 Consequências sociais e psicológicas da mediação algorítmica	21
3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	26
4. TRABALHOS ENCONTRADOS	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – dados dos trabalhos encontrados nas bases de dados BDTD, CAPES.	27
Tabela 2 – trabalhos relevantes encontrados nas plataformas.....	27

1 INTRODUÇÃO

A escolha por este tema foi motivada pelo contexto político atual, marcado pelo acirramento de discursos de ódio que, cada vez mais presentes no cotidiano, ganham força e legitimidade por meio das redes sociais e plataformas digitais. Além disso, essa cultura hostil influencia diretamente o desenvolvimento social e subjetivo dos indivíduos, amplificando tensões e desafios relacionados à construção das identidades de gênero, muitas vezes reforçando estereótipos e violências simbólicas e materiais contra grupos historicamente marginalizados.

A construção da identidade de gênero e sexual em meio à geração digital é um tema de estudo emergente que requer uma análise detalhada das interações entre tecnologia e expressão individual. A pesquisa explora como as plataformas digitais oferecem novos espaços para a experimentação e formação, já que essas não são meramente ambientes de socialização, mas arenas complexas onde normas e expectativas sociais são constantemente negociadas e redefinidas (Silveira, 2020).

Em contextos digitais, é frequentemente performada e construída através de uma variedade de práticas mediadas por tecnologia, incluindo a seleção de avatares, a curadoria de conteúdo pessoal e a interação em redes sociais. Essas atividades permitem aos indivíduos expressarem de maneiras que podem divergir de suas expressões em contextos fora da rede, a capacidade de explorar e afirmar pode ser particularmente para indivíduos cujas identidades são marginalizadas ou mal compreendidas na sociedade em geral.

A investigação revela que a exposição a diversas representações e a comunidades inclusivas pode influenciar positivamente a aceitação de si mesmo e o respeito à diversidade. Por outro lado, a mesma exposição pode levar a confrontos com discursos discriminatórios ou assédio online, o que apresenta desafios únicos para a segurança e o bem-estar desses jovens (Araújo et al, 2023).

A pesquisa metodológica em tais estudos exige a utilização de abordagens que possam capturar tanto as práticas observáveis quanto as experiências subjetivas dos participantes. Métodos qualitativos, como entrevistas e análises de conteúdo de comunicações, são frequentemente empregados para entender melhor essas nuances. Além disso, a interdisciplinaridade combina dados da sociologia, psicologia e estudos de comunicação para formar uma compreensão holística dos fenômenos em estudo (Caribé, 2021).

Explorar a interação entre algoritmos¹ digitais e a formação da identidade de gênero e sexual é o foco central deste estudo, buscando enriquecer o campo acadêmico e estabelecer bases sólidas para futuras pesquisas. Para atingir este objetivo principal e demonstrar um entendimento profundo sobre o tópico, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como moldam as percepções e expressões de identidade de gênero e sexual;
- Examinar a influência histórica e social na disseminação de normas de gênero;
- Investigar as consequências da personalização algorítmica na visibilidade de comunidades de gênero e sexualmente diversas;
- Identificar estratégias que indivíduos utilizam para navegar e, por vezes, subverter as normativas algorítmicas em suas expressões;
- Avaliar o impacto das interações mediadas por algoritmo sobre o bem-estar psicológico de jovens identificando-se em espectros de gênero e sexualidade variados.

Para alcançar esses objetivos e abordar os aspectos essenciais, o problema de pesquisa foi definido da seguinte forma: como os algoritmos influenciam e são influenciados pelas dinâmicas sociais contemporâneas na formação da identidade de gênero e sexualidade em ambientes digitais?

Este estudo é significativo porque aborda um aspecto crítico da interseção entre tecnologia e identidade, um tema de crescente relevância tanto acadêmica quanto socialmente. Além disso, destaca brevemente as lacunas na literatura atual, e como esta pesquisa visa preenchê-las e contribuir para o acervo científico. A pesquisa também discute possíveis aplicações práticas ou implicações sociais do tema, como o desenvolvimento de algoritmos mais inclusivos e conscientes das diversidades de gênero e sexualidade, e servirá como uma base para investigações futuras sobre a interação entre tecnologia e sociedade.

¹ Conjuntos de regras e instruções que orientam o comportamento dos sistemas computacionais, tornando possível a adaptação das experiências online às preferências individuais de cada usuário (Dupont, 2024)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com os objetivos definidos, a pesquisa avançou cobrindo os tópicos a seguir: Influência dos algoritmos na construção da identidade de gênero e sexual; Algoritmos e o contexto sócio-histórico das normas de gênero; Interações entre usuários e algoritmos: estratégias de resistência; Consequências sociais e psicológicas da mediação algorítmica.

2.1 Influência dos algoritmos na construção da identidade de gênero e sexual

A personalização de conteúdo nas redes sociais emerge como uma prática central na mediação das experiências digitais dos usuários, afetando profundamente suas percepções de si e dos outros. Esse mecanismo, operado por algoritmos sofisticados, seleciona e apresenta conteúdo baseados em interações anteriores dos usuários, suas conexões sociais e seus comportamentos de navegação. O objetivo desses sistemas é, supostamente, melhorar a experiência do usuário ao maximizar a relevância do conteúdo exibido (Amaral, Flores e Antunes, 2022).

No contexto da formação e expressão de identidades e sexuais, essa personalização pode ter efeitos ambíguos, por um lado, facilita o acesso a comunidades e conteúdo que reforçam e oferecem suporte. Usuários que buscam explorar ou afirmar aspectos podem encontrar nichos de aceitação e modelos representativos, o que pode servir para o desenvolvimento de um senso de pertencimento e autoaceitação (Keller, 2022). Por outro, a filtragem de conteúdo também pode restringir a exposição a perspectivas diversas e, paradoxalmente, reforçar silos ideológicos onde preconceitos e estereótipos podem florescer sem contestação. A exposição limitada a ideias que desafiam as visões preexistentes dos usuários podem inadvertidamente reforçar normas de gênero restritivas e perpetuar a marginalização.

A lógica de personalização pode imprudentemente levar à criação de "câmaras de eco", nas quais as visões são amplificadas em detrimento de um diálogo mais amplo e diversificado, podendo ter implicações sérias para a forma como elas são vivenciadas e compreendidas em contextos sociais mais amplos. A interação contínua com um conteúdo homogêneo pode solidificar concepções estreitas de gênero e sexualidade, limitando a capacidade de empatia e entendimento entre grupos distintos (Araújo et al, 2023). Na construção desse trabalho, foi assumido o conceito de sexualidade e gênero teorizado por Judith Butler (1990), onde ela

questiona a noção de gênero e sexual como algo fixo e defende que elas são construídas por repetições de normas culturais.

A seleção algorítmica ajuda na mediação das representações de gênero nas plataformas, este processo envolve a seleção e promoção de conteúdos baseados em complexos modelos computacionais que aprendem e preveem as preferências do usuário. Nesse contexto, os algoritmos não são apenas ferramentas neutras; eles são agentes ativos na formação do discurso e da representação social que circula nas redes sociais. Em relação às representações, isso mostra que certas imagens, narrativas são amplificadas, enquanto outras são minimizadas ou excluídas; essa seleção pode perpetuar estereótipos e normas de gênero tradicionais, consolidando concepções binárias e limitadas que não refletem a diversidade e a complexidade real das pessoas (Podolan e Reis, 2024).

Ademais, a seleção algorítmica pode influenciar a percepção pública sobre questões, configurando o que é considerado normativo ou desviante. A repetição de padrões convencionais em ambientes pode reforçar a exclusão ou marginalização de identidades não conformes e intersexuais, reduzindo assim a visibilidade de uma ampla gama de expressões de gênero que existem fora dos padrões *mainstream* (Moreira, 2019).

No entanto, a mesma seleção algorítmica tem o potencial de desafiar essas normas ao promover conteúdos que celebram a diversidade de gênero e sexualidade, quando programados com conscientização e sensibilidade à diversidade, podem ajudar a criar espaços digitais mais inclusivos e representativos, requerendo um entendimento crítico e um design intencional que considere as implicações éticas e sociais da curadoria de conteúdo (Araújo et al, 2023).

O fenômeno conhecido como "efeito bolha" nas redes sociais refere-se à situação em que os usuários são predominantemente expostos a informações que reforçam suas próprias crenças e valores, um resultado direto da personalização algorítmica. Este isolamento informacional pode ter repercussões na perpetuação e no reforço de normas sociais, especialmente aquelas relacionadas a gênero e sexualidade, ao selecionarem conteúdos que são mais propensos a serem aceitos ou preferidos pelo usuário, criam um circuito fechado de *feedback* que intensifica a exposição a perspectivas homogêneas e limita a diversidade de experiências (Oliveira, 2024).

Essa dinâmica é especialmente problemática no contexto das normas de gênero, pois pode solidificar e perpetuar ideologias existentes e, muitas vezes, restritivas, como a crença de que existe apenas uma orientação sexual, a heteronormatividade. A falta de exposição a orientações diversas impede que os usuários desenvolvam uma compreensão mais complexa e matizada das experiências e sexualidade; esse isolamento pode contribuir para a estigmatização

de comportamentos, identidades e relações que desviam das expectativas normativas, limitando as oportunidades para a aceitação social e a inclusão efetiva (Amaral, Flores e Antunes, 2022).

Em uma escala mais ampla, o efeito bolha pode fortalecer normas sociais que são intrinsecamente desiguais ou discriminatórias, a visibilidade reduzida de discursos contra hegemônicos ou críticos dentro dessas bolhas informacionais impede o questionamento e a revisão de normas opressivas. Por consequência, a perpetuação dessas normas através de ambientes reflete e pode exacerbá-las, levando a uma polarização social mais acentuada.

A conscientização sobre o efeito bolha e suas implicações para as normas sociais é necessário para o desenvolvimento de estratégias de mediação que promovam uma maior equidade. É preciso que os desenvolvedores considerem como suas ferramentas podem ser desenhadas para maximizar o engajamento do usuário e fomentar um ambiente mais inclusivo e representativo, podendo envolver a implementação de mecanismos que incentivem a exposição a uma gama diversificada de conteúdos e a interação entre grupos com pontos de vista variados (Moreira, 2019).

A invisibilidade de identidades de gênero marginalizadas nas plataformas digitais constitui uma problemática central na discussão sobre diversidade e inclusão. Este fenômeno ocorre quando expressões que divergem das normas de gênero dominantes são sistematicamente excluídas ou negligenciadas em ambientes online. A curadoria de conteúdo algorítmica, ao priorizar informações que supostamente ressoam mais amplamente com a base de usuários majoritária, frequentemente marginaliza ainda mais as vozes que já são periféricas no discurso social.

Essa marginalização é especialmente considerando que para muitas pessoas, a internet oferece um espaço para explorar e expressar com relativa segurança e anonimato, no entanto, quando elas são invisibilizadas pelas práticas de curadoria de conteúdo, as oportunidades para essas expressões são substancialmente reduzidas. A falta de representação ou a representação inadequada nas mídias pode perpetuar a exclusão e o estigma enfrentados por essas comunidades no mundo físico (Oliveira, 2024).

Além disso, a invisibilidade nas plataformas tem implicações práticas que vão além das experiências individuais de exclusão, ela pode impactar a capacidade dessas comunidades de formar redes de suporte, acessar informações relevantes para suas vidas e participar de discussões públicas sobre políticas que afetam diretamente suas liberdades e direitos. A ausência de representação nos meios digitais, portanto, não é apenas uma questão de visibilidade, mas também de acesso a recursos e poder (Podolan e Reis, 2024).

Reconhecer e abordar a invisibilidade exige um compromisso consciente dos desenvolvedores de tecnologia e conteúdo em questionar as normas embutidas que governam o que é visto e não visto, podendo incluir a implementação de políticas que promovam a diversidade e a inclusão ativa, bem como o desenvolvimento de tecnologias que conscientemente ampliem as vozes marginalizadas, em vez de silenciá-las. A interação nas plataformas digitais suscita questões profundas sobre as limitações éticas dessas tecnologias. Enquanto determinam cada vez mais os tipos de conteúdo que as pessoas veem online, as implicações éticas de tais determinações tornam-se cada vez mais complexas e preocupantes. Essa influência algorítmica vai além da simples recomendação de conteúdo, tocando em questões importantes sobre privacidade, autonomia e justiça (Moreira, 2019).

Os dados, que são o combustível para esses algoritmos, são coletados de maneiras que os usuários muitas vezes não percebem nem consentem explicitamente e essa coleta indiscriminada de dados pode resultar em violações de privacidade que não são apenas técnicas, mas também éticas, afetando a liberdade individual e a autodeterminação. Além disso, quando esses dados são usados para alimentar mecanismos que curam e personalizam o conteúdo, as questões de autonomia são trazidas à tona.

Assim, os sistemas de recomendação podem perpetuar e amplificar vieses existentes, sejam eles de gênero, raça ou classe e, esses vieses, quando embutidos, reproduzem desigualdades existentes e tem o potencial de as intensificar. A transparência em torno dos mecanismos de funcionamento é muitas vezes insuficiente, o que impede os usuários de entenderem e questionarem como suas informações estão sendo usadas e como suas experiências online são configuradas (Keller, 2022).

Portanto, é preciso que os desenvolvedores das plataformas digitais adotem práticas que priorizem a ética na coleta e no uso de dados, incluindo a implementação de políticas de privacidade mais robustas, a realização de auditorias para detectar e corrigir vieses, e a criação de mecanismos que permitam aos usuários maior controle sobre os dados que compartilham e a maneira como são tratados (Oliveira, 2024).

2.2 Algoritmos e o contexto sócio-histórico das normas de gênero

A evolução das representações de gênero na mídia digital reflete transformações na maneira como as identidades são percebidas e expressas na sociedade contemporânea. A mídia digital, com suas plataformas diversificadas e acessíveis, tem tido um grande papel em desafiar as normas tradicionais e em promover uma maior inclusão, este processo de transformação não

é apenas um reflexo da mudança nas atitudes sociais, mas também um motor que impulsiona a evolução cultural e social em direção a uma compreensão mais ampla e complexa (Jansen, 2024).

Historicamente, a mídia tradicional frequentemente perpetuava estereótipos rígidos, representando homens e mulheres em papéis extremamente delimitados que reforçavam uma divisão binária, contudo, com o advento da internet e das redes sociais, surgiram novos espaços para a contestação dessas representações e para a exploração de identidades que transcendem os binários convencionais. A mídia permitiu que vozes marginalizadas ganhassem visibilidade, oferecendo plataformas para indivíduos trans, não-binários e de gêneros fluidos para narrarem suas próprias experiências e desafios (Cunha, 2020).

Essa evolução nas representações de gênero é evidenciada pela proliferação de conteúdos que exploram a complexidade de maneiras que raramente eram vistas nas mídias tradicionais. Blogs, fóruns online e plataformas de vídeo tornaram-se espaços para o ativismo, educação e autoexpressão, por meio desses meios, conceitos como performatividade, interseccionalidade e fluidez têm sido explorados e disseminados, contribuindo para uma maior conscientização e aceitação de diversas expressões (Motter, 2022). Enquanto algumas plataformas promovem a inclusão, outras ainda perpetuam estereótipos prejudiciais ou facilitam a disseminação de discursos de ódio, além disso, a representação por vezes pode se tornar uma simplificação excessiva ou comercialização de experiências complexas, reduzindo a diversidade a clichês ou modismos.

Os algoritmos, embora frequentemente celebrados por sua eficiência e capacidade de processamento de dados em larga escala, também agem na perpetuação de estereótipos de gênero. Essa problemática surge da maneira como são programados e dos dados que eles utilizam para aprender e fazer previsões, frequentemente, esses sistemas incorporam, inadvertidamente ou não, os preconceitos existentes nas bases de dados sobre as quais são treinados, resultando em uma reprodução e até intensificação de estereótipos.

A codificação com base em interações passadas e preferências assumidas pode reforçar visões limitadas sobre gênero, como se um algoritmo aprende com dados históricos que demonstram uma predominância de homens em papéis de liderança, ele pode, de forma errônea, perpetuar a ideia de que tais papéis são mais 'adequados' para homens, influenciando assim as recomendações de conteúdo relacionado a carreiras ou educação profissional (Mastropaolo, 2022).

Além disso, a programação de conceitos que filtram e personalizam as experiências de navegação sem uma supervisão crítica pode levar a uma segmentação que reforça divisões,

como usuários que mostram interesse em determinados tipos de produtos ou conteúdos podem ser automaticamente categorizados e limitados a ver anúncios e sugestões que correspondam ao que o sistema considera apropriado para seu gênero, ignorando a complexidade e a fluidez das identidades contemporâneas (Jansen, 2024).

Essa perpetuação de estereótipos não é apenas uma falha técnica; ela tem implicações sociais profundas. A apresentação repetida de normas estereotipadas pode influenciar as percepções e comportamentos dos usuários, limitando a forma como indivíduos de todos percebem suas próprias capacidades e possibilidades, esta limitação é particularmente prejudicial em contextos educativos e profissionais, onde as expectativas de gênero podem restringir o acesso a oportunidades e recursos (Ziller et al, 2022).

As normas na cultura digital são um reflexo e ao mesmo tempo um modelador das interações sociais contemporâneas, influenciando a maneira como identidades são expressas e percebidas online. A cultura, permeada por uma infinidade de plataformas e meios de comunicação, atuando no que diz respeito ao reforço e à subversão de normas de gênero tradicionais. Por um lado, a internet oferece um espaço de anonimato e liberdade que pode facilitar a expressão; por outro, não está isenta da reprodução de normativas sociais que circunscrevem comportamentos dentro de limites estreitamente definidos (Cunha, 2020).

A interação constante entre usuários de diversas origens em espaços virtuais cria um terreno fértil para a negociação de normas de gênero, como a criação de conteúdo em plataformas de mídia social frequentemente envolve uma curadoria de self que pode tanto desafiar quanto conformar-se às expectativas. Blogueiros, vlogueiros e outros criadores de conteúdo podem escolher apresentar-se de maneiras que subvertem estereótipos de gênero, influenciando as percepções de seus seguidores e promovendo uma maior aceitação de expressões fluidas e não binárias (Motter, 2022).

Comentários, curtidas e compartilhamentos podem servir como mecanismos de reforço de expectativas tradicionais, punindo aqueles que desviam e recompensando aqueles que aderem. Essa dinâmica pode ser particularmente coercitiva para indivíduos cujas identidades ou expressões não se alinham com as normas predominantes, levando muitas vezes à autocensura ou à modificação de comportamentos para se conformar às expectativas (Silveira, 2020).

A prevalência de algoritmos que personalizam e filtram o conteúdo baseado em interações anteriores pode limitar a exposição a ideias divergentes, criando câmaras de eco que reforçam as normas existentes. Esse mecanismo de filtragem molda o que os indivíduos veem

e como eles veem a si mesmos e aos outros, perpetuando uma cultura que pode ser menos inclusiva do que aparenta (Mastropaolo, 2022).

Por exemplo, a interseção com identidades *queer*² na cultura revela um campo complexo de tensões e potenciais, onde a tecnologia tanto restringe quanto possibilita expressões de diversidade de gênero e sexualidade. Como construções tecnológicas que filtram e direcionam o conteúdo online, podem influenciar a visibilidade e a representação das comunidades queer nas plataformas. Estes sistemas programáticos, ao operarem frequentemente sob lógicas ocultas, têm o poder de moldar a narrativa, afetando como elas são percebidas tanto dentro quanto fora dessas comunidades (Jansen, 2024).

Por um lado, podem perpetuar exclusões ao replicar preconceitos existentes nos conjuntos de dados com os quais são treinados e, tais preconceitos podem levar à marginalização de conteúdos relacionados, limitando sua visibilidade em recomendações de pesquisa e feeds de notícias, reduzindo o espaço de expressão para vozes queer e reforçando uma visão normativa de gênero e sexualidade, silenciando a pluralidade de experiências que essas comunidades trazem (Costa, 2021). Plataformas que conscientemente ajustam seus algoritmos para destacar e apoiar conteúdo queer podem contribuir para aumentar a conscientização e a aceitação das diversidades de gênero e sexualidade, envolvendo uma programação cuidadosa que reconhece e valoriza a diversidade como um princípio, como um acréscimo ao funcionamento usual do sistema.

Além disso, têm o potencial de conectar indivíduos *queer* a comunidades e recursos que podem ser importantes para seu bem-estar e desenvolvimento. Em um ambiente digital inclusivo, as pessoas podem encontrar suporte, solidariedade e modelos positivos, elementos para o fortalecimento e para o combate ao isolamento e à discriminação (Cunha, 2020). No entanto, para que esse potencial seja realizado, é necessário um compromisso contínuo com o desenvolvimento ético de tecnologias, implicando uma análise rigorosa dos impactos que estes têm sobre as minorias e a implementação de estratégias que garantam que as tecnologias evitem prejudicar e ativamente beneficiem essas populações. Criadores de tecnologia e legisladores devem trabalhar juntos para criar normativas que promovam transparência e responsabilidade, garantindo que sirvam como ferramentas de inclusão e representação justa (Ziller et al, 2022).

A regulação algorítmica e sua interação com movimentos sociais constituem um campo de estudo crítico para entender como a tecnologia pode influenciar e ser influenciada por dinâmicas sociais em evolução. A governança, particularmente aqueles que operam em

² Termo que se refere a pessoas que fogem aos padrões de hetero-cis-normatividade, ou seja, não se identificam nem como héteros, nem como cisgêneras e atuam em resistência a esses rótulos. (ANAMATRA, 2022)

plataformas de mídia social, enfrenta o desafio de equilibrar a livre expressão com a necessidade de prevenir discursos de ódio e desinformação, que podem sabotar os objetivos de movimentos sociais progressistas (Silveira, 2020).

Movimentos sociais, desde aqueles focados em direitos civis até campanhas de justiça ambiental, têm se beneficiado da capacidade de ampliar suas mensagens, no entanto, a mesma tecnologia que permite a mobilização rápida também pode ser usada para disseminar rapidamente contranarrativas, muitas vezes patrocinadas por interesses contrários aos dos movimentos, criando um ambiente onde a luta pelo controle da narrativa é constante e onde podem atuar ambivalente. A regulação desses, portanto, torna-se um ato de balancear interesses conflitantes; por um lado, regulamentações estritas podem impedir a manipulação algorítmica usada para suprimir ou desacreditar movimentos sociais. Por outro lado, essas mesmas regulamentações podem limitar a capacidade desses movimentos de alcançar uma audiência ampla e diversificada, principal para o sucesso de suas campanhas. A necessidade de transparência nos mecanismos algorítmicos e nas decisões de moderação de conteúdo nunca foi tão crítica, uma vez que a opacidade pode favorecer tanto a censura quanto a perpetuação de injustiças (Costa, 2021).

Além disso, a regulação algorítmica deve considerar a interseccionalidade dos movimentos sociais, garantindo que as políticas implementadas não reforcem inadvertidamente as estruturas de poder existentes que muitos desses movimentos procuram dismantelar, envolvendo um compromisso com a análise contínua e a revisão das práticas algorítmicas, assim como um diálogo constante com as comunidades afetadas (Mastropaolo, 2022).

2.3 Interações entre usuários e algoritmos: estratégias de resistência

A modificação de algoritmos por usuários apresenta uma dimensão interessante nas interações entre tecnologia e sociedade, refletindo uma crescente demanda por maior agência no ecossistema digital. Em um mundo cada vez mais mediado, a possibilidade de indivíduos influenciarem ou alterarem esses sistemas sugere um movimento em direção a uma democratização tecnológica, onde os usuários não são apenas sujeitos passivos às decisões algorítmicas, mas agentes ativos em sua configuração (Figueiredo, 2019).

Essa modificação pode ocorrer de diversas formas, desde o uso de plugins que alteram o funcionamento de recomendação até a participação em plataformas que permitem aos usuários ajustarem as configurações algorítmicas para melhor refletir suas preferências e

necessidades. Tais práticas permitem que os usuários seguem mais ativos na definição de quais informações recebem e como interagem com conteúdos e comunidades online (Abreu, 2020).

Enquanto alguns indivíduos possuem o conhecimento e os recursos para modificar, muitos outros podem não ter acesso a essas ferramentas ou mesmo a habilidade necessária para utilizá-las eficazmente, podendo resultar em uma disparidade onde apenas uma parte dos usuários é capaz de moldar suas interações, perpetuando ou até exacerbando desigualdades existentes. A modificação pode ser usada tanto para proteger a privacidade e personalizar a experiência do usuário, quanto para fins menos benignos, como manipular percepções e comportamentos de outros usuários, ou evadir regulamentações destinadas a prevenir abusos. Por isso, é crítico que a modificação algorítmica seja acompanhada por políticas claras e efetivas que regulem seu uso, garantindo que contribua para um ambiente mais justo e seguro (Meireles, 2021).

O uso de pseudônimos e avatares nas plataformas surge como uma prática para a expressão e a exploração, especialmente em contextos em que a conformidade com normas sociais e de gênero pode ser restritiva. Esses artefatos permitem que indivíduos criem representações de si mesmos que podem divergir na realidade, oferecendo um espaço seguro para experimentação e autoexpressão sem o risco de retaliação ou discriminação (Beiguelman, 2021).

Pseudônimos e avatares funcionam como máscaras virtuais que protegem a privacidade do usuário enquanto fornecem a liberdade para explorar aspectos de sua identidade que podem estar em conflito com as expectativas sociais ou pessoais. Essa prática é particularmente relevante para membros de comunidades marginalizadas, incluindo a comunidade LGBTQIAPN³, onde a expressão pode ser um ato de vulnerabilidade. Ao possibilitar uma desconexão entre a identidade física e a expressão online, pseudônimos e avatares criam um campo de possibilidades para os usuários experimentarem com diferentes aspectos de seu eu, sem o medo de julgamento ou exposição indesejada. Entretanto, enquanto eles oferecem oportunidades para a expressão segura e criativa, também podem complicar questões de autenticidade e confiança online. A capacidade de ocultar a verdadeira identidade pode ser usada para fins enganosos, impactando a dinâmica de interações sociais e a formação de comunidades online. Além disso, a desconexão entre a representação online e a real pode levar a conflitos internos sobre autenticidade e pertencimento (Figueiredo, 2019).

³ Sigla usada para representar lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binários. O “+” é usado para indicar que a sigla é um espaço para inclusão de identidades que não foram diretamente mencionadas. (ANAMATRA, 2022)

No contexto mais amplo de movimentos sociais e campanhas de direitos civis, pseudônimos e avatares podem tanto fortalecer a voz dos ativistas quanto criar desafios para a *accountability*. A capacidade de falar sem revelar pode encorajar a denúncia de injustiças e a mobilização para ações coletivas, mas também pode dificultar a atribuição de responsabilidade pelas informações disseminadas (Paganotti, 2021).

As práticas de visibilidade intencional nas redes sociais emergem como estratégias para grupos e indivíduos que buscam destacar questões, identidades e causas frequentemente marginalizadas ou invisibilizadas no discurso *mainstream*. Essa abordagem envolve o uso deliberado de plataformas digitais para aumentar a conscientização e promover a inclusão, empregando técnicas que maximizam a exposição de mensagens e narrativas específicas (Abreu, 2020).

Essas práticas são capitais principalmente para comunidades que tradicionalmente enfrentam barreiras no acesso à mídia tradicional. Ao optar pela visibilidade intencional, ativistas e defensores utilizam a ubiquidade e a natureza viral das redes sociais para disseminar informações, educar o público e mobilizar apoio para suas causas, podendo incluir o uso de *hashtags*, a coordenação de postagens em momentos estratégicos para maximizar o alcance e a participação em desafios ou campanhas virais que atraem a atenção para tópicos específicos. A exposição intencional pode levar a reações adversas, incluindo assédio online e ataques. Esses riscos são particularmente agudos para indivíduos em sociedades onde determinadas identidades são estigmatizadas ou onde a liberdade de expressão é restrita, portanto, as práticas de visibilidade intencional exigem uma estratégia cuidadosa e uma avaliação dos riscos potenciais associados à maior exposição (Meireles, 2021).

Além disso, a eficácia dessa prática depende da capacidade de sustentar o engajamento ao longo do tempo. A natureza efêmera da atenção nas redes sociais pode mostrar que, mesmo as campanhas inicialmente bem-sucedidas, enfrentem desafios para manter a visibilidade a longo prazo, requerendo uma abordagem contínua e dinâmica para o engajamento digital, adaptando-se às mudanças nas plataformas e nos interesses do público (Lima e Oliveira, 2021).

A sabotagem algorítmica e a subversão representam formas de resistência contra as estruturas de poder estabelecidas nas plataformas, onde atuam na determinação do que é visível e o que permanece oculto. Essas práticas envolvem ações intencionais por parte dos usuários para perturbar ou alterar o funcionamento de maneira que subverta as intenções originais dos programadores ou das entidades que controlam esses sistemas (Figueiredo, 2019).

A subversão pode assumir várias formas, desde o engajamento em comportamentos que confundem intencionalmente até o desenvolvimento de softwares que alteram a maneira como

os dados são coletados e analisados, como usuários podem manipular suas atividades online para enganar algoritmos de publicidade ou recomendação, visando desestabilizar os modelos econômicos baseados na coleta de dados pessoais. Da mesma forma, o uso de extensões de navegador que randomizam comportamentos de pesquisa ou mascaram atividades online pode servir para contestar a vigilância digital e a coleta de dados em massa (Paganotti, 2021).

Essas ações de sabotagem não são meramente técnicas, mas também políticas, pois desafiam as normas e as expectativas sobre como a tecnologia deve ser utilizada. Ao fazer isso, elas questionam as relações de poder inerentes às estruturas tecnológicas e destacam a capacidade de agência dos indivíduos dentro de um sistema aparentemente onipotente e opressor, a subversão, portanto, se torna um ato de reivindicação de poder e de espaço dentro do ecossistema que frequentemente marginaliza ou silencia vozes dissidentes (Lima e Oliveira, 2021).

No entanto, enquanto essas práticas podem proporcionar momentos de resistência e liberação, elas também enfrentam o risco de reação e repressão por parte das entidades que controlam as plataformas digitais. Além disso, a natureza dessas ações pode ser temporária ou simbólica, com efeitos limitados sobre as estruturas de poder de longo prazo. A ação coletiva tem se mostrado uma ferramenta poderosa na promoção da diversidade, oferecendo plataformas para vozes tradicionalmente marginalizadas e permitindo a formação de comunidades que transcendem as barreiras geográficas. Essa mobilização é facilitada pelas redes sociais e outras tecnologias de comunicação, que permitem a indivíduos e grupos articular questões e mobilizar apoio em uma escala sem precedentes (Beiguelman, 2021).

Dentro do espaço, movimentos focados na igualdade e nos direitos utilizam a visibilidade que a internet proporciona para desafiar as normas de gênero tradicionais e promover uma maior inclusão. Campanhas online, hashtags virais e manifestações virtuais se tornaram métodos comuns para sensibilizar o público, angariar apoio e pressionar por mudanças políticas e sociais. Estas estratégias digitais permitem a disseminação de informações e a construção de uma solidariedade transnacional entre ativistas e aliados, enriquecendo o diálogo intercultural sobre questões de gênero. A fragmentação e a polarização online podem dificultar a formação de coalizões eficazes, especialmente quando as interações são mediadas por algoritmos que tendem a criar câmaras de eco, reforçando divisões existentes, além disso, a visibilidade online pode expor ativistas a riscos aumentados, como assédio e ataques cibernéticos, que podem intimidar os participantes e dissuadir a participação ativa (Meireles, 2021).

Apesar desses desafios, a ação coletiva continua a ser uma força transformadora para a diversidade, ela tem o potencial de questionar e remodelar as concepções ao fornecer um espaço para que histórias e identidades diversas sejam reconhecidas e valorizadas. Essa reconfiguração do discurso de gênero pode levar a mudanças mais amplas nas atitudes sociais e políticas, refletindo uma evolução nas normas que é tanto influenciada quanto catalisada pela interação digital (Lima e Oliveira, 2021).

2.4 Consequências sociais e psicológicas da mediação algorítmica

O impacto das interações digitais no bem-estar psicológico de jovens LGBTQIA+ constitui um campo de investigação, dado o papel central que as plataformas online têm na vida contemporânea. Para muitos jovens, a internet é um espaço de descoberta e expressão de identidade, mas também pode ser um ambiente de risco psicológico, especialmente quando envolve exposição a discursos de ódio e discriminação (Modolo, Carvalho e Dias, 2023).

As redes sociais e fóruns online, por vezes, oferecem um refúgio para jovens, permitindo-lhes conectar-se com comunidades que compartilham experiências e desafios similares. Essa conexão pode ser importante para o desenvolvimento da autoestima e da identidade, especialmente para aqueles que podem não ter acesso a tais comunidades em seus ambientes físicos imediatos. A validação e o apoio encontrados nessas plataformas podem fortalecer o senso de pertencimento e proporcionar importantes recursos de *coping* para lidar com as adversidades relacionadas à orientação sexual (Silva, 2023).

Contudo, a exposição a esse ambiente não é desprovida de riscos. Jovens LGBTQIA+ frequentemente enfrentam formas de agressão online, como cyberbullying, discriminação e outros tipos de assédio, que podem ter efeitos deletérios sobre sua saúde mental. Esses ataques infligem dor emocional imediata e podem contribuir para o desenvolvimento de problemas psicológicos de longo prazo, como ansiedade, depressão e baixa autoestima, a constante negatividade enfrentada pode reforçar sentimentos de isolamento e alienação, exacerbando o estresse e a sensação de insegurança (Caribé, 2021).

Além disso, a presença de estereótipos e imagens distorcidas de gênero e sexualidade nas plataformas pode complicar ainda mais a jornada de jovens em direção à aceitação própria. A internalização de visões negativas sobre suas identidades pode levar a conflitos internos e dificuldades no desenvolvimento de uma autoimagem positiva, a luta para reconciliar a própria identidade com representações estigmatizadas ou limitadas exige resiliência e, frequentemente, suporte psicológico adicional. Diante desses desafios, torna-se imperativo para educadores,

pais, responsáveis e profissionais de saúde mental desenvolverem estratégias de intervenção que apoiem em ambientes online e os eduquem sobre como navegar esses espaços de forma segura e positiva. Programas de educação e intervenções psicológicas que abordam especificamente as necessidades podem fornecer ferramentas para gerir experiências online de maneira saudável, promovendo uma melhor qualidade de vida e bem-estar. A exclusão algorítmica, fenômeno em que certas identidades sociais são invisibilizadas ou marginalizadas por mecanismos automáticos de filtragem e recomendação, tem implicações profundas para a construção e manutenção em ambientes. Ao priorizarem conteúdos com base em padrões de comportamento e preferências de usuários majoritários, podem inadvertidamente reforçar dinâmicas de exclusão ao limitar a visibilidade de grupos minoritários ou de indivíduos que fogem às normativas sociais predominantes (Costa, 2020).

Essa exclusão afeta particularmente comunidades que já são marginalizadas fora do ambiente digital, como as pessoas LGBTQIAPN+, indivíduos de raças não hegemônicas ou aqueles que pertencem a grupos sociais economicamente desfavorecidos. Ao restringir a visibilidade dessas identidades, contribuem para a perpetuação de desigualdades, reforçando uma representação pública homogênea e normatizada, que não reflete a diversidade existente nas experiências humanas, tal invisibilidade pode comprometer o desenvolvimento de redes de apoio online e limitar a capacidade desses grupos de articular suas demandas, organizar-se politicamente e promover mudanças sociais (Silveira, 2019).

Para aqueles que não encontram representações autênticas de suas experiências, a busca por pertencimento e autoafirmação pode se tornar uma tarefa frustrante e alienante, a ausência de narrativas e imagens que reflitam suas realidades pode dificultar o processo de construção de uma identidade coesa e positiva, particularmente relevante para jovens em fase de desenvolvimento, que buscam nos espaços modelos de comportamento e formas de autoexpressão (Caribé, 2021).

Paradoxalmente, a exclusão algorítmica pode estimular formas de resistência, com grupos marginalizados desenvolvendo táticas criativas para burlar essas limitações, seja por meio de campanhas online que pressionam por maior visibilidade, seja através da criação de plataformas alternativas que oferecem espaço para a diversidade. Essas respostas não eliminam o problema sistêmico, mas representam formas de subversão e de reivindicação de espaço dentro do ambiente (Modolo, Carvalho e Dias, 2023).

As consequências da exclusão algorítmica não se restringem ao espaço virtual, pois as identidades sociais são sempre o resultado de interações dinâmicas entre o mundo digital e o físico. A marginalização online pode reverberar na vida cotidiana, contribuindo para a

invisibilização dessas comunidades também em esferas sociais mais amplas. É, portanto, crítico que a governança das plataformas considere os efeitos dessa exclusão e trabalhe em direção à criação de ambientes inclusivos e representativos que permitam a plena expressão (Santini, 2020).

As pressões de conformidade em ambientes exercem uma influência sobre a construção e a expressão, promovendo comportamentos que alinham os indivíduos a normas sociais predominantes. Nas plataformas, onde a visibilidade e o engajamento são frequentemente medidos por métricas de popularidade, como curtidas, comentários e compartilhamentos, os usuários são incentivados a moldar de forma a se adequar às expectativas dos outros, reforçando padrões de conformidade (Silva, 2023).

Essa dinâmica é particularmente visível nas questões de gênero e sexualidade, onde as identidades performáticas se tornam uma resposta às demandas de aprovação social, a performatividade, conceito amplamente discutido em estudos de gênero, envolve a ideia de que elas são construídas e sustentadas por meio de atos repetitivos, que ganham legitimidade ao serem reconhecidos e validados por uma audiência. No ambiente digital, essa validação é constantemente buscada, levando muitos indivíduos a ajustarem sua auto apresentação para evitar marginalização ou rejeição (Modolo, Carvalho e Dias, 2023).

As pressões de conformidade são intensificadas pela natureza visível e pública das interações nas redes sociais, onde o medo de julgamento ou exclusão pode levar a uma representação limitada ou até distorcida da própria. A necessidade de atender às expectativas da audiência, seja por motivos sociais ou profissionais, pode restringir a expressão autêntica de aspectos que não se alinham com as normas hegemônicas, especialmente problemático para indivíduos que se identificam fora das categorias tradicionais de gênero e sexualidade, os quais podem sentir que precisam ocultar ou moderar partes para serem aceitos (Silveira, 2019).

Além disso, a pressão para performar de maneira que gere engajamento positivo pode criar uma tensão entre a autenticidade e a aprovação social, muitos usuários experimentam uma dissonância entre quem são e como se sentem compelidos a se apresentar, o que pode gerar desconforto psicológico e sentimentos de alienação. Essa conformidade forçada, ao longo do tempo, pode impactar o bem-estar emocional, particularmente quando o desempenho de uma identidade "aceitável" se torna uma exigência constante nas interações sociais online (Caribé, 2021).

Alguns indivíduos e comunidades desenvolvem práticas que desafiam essas pressões de conformidade, utilizando as plataformas para explorar formas de identidade mais fluidas e subversivas. Esses grupos, embora ainda minoritários, muitas vezes constroem redes de apoio

e resistência que permitem a expressão de identidades marginalizadas e não normativas. Ainda assim, a capacidade de escapar das pressões de conformidade é limitada pelas estruturas algorítmicas que frequentemente favorecem a visibilidade, em detrimento de expressões que desviam das normas estabelecidas. Para muitos indivíduos, especialmente aqueles que pertencem a grupos marginalizados, a internet oferece um espaço de conexão e pertencimento, onde podem encontrar comunidades de apoio e engajamento que não estão disponíveis em seus contextos físicos imediatos. No entanto, esse mesmo ambiente pode amplificar sentimentos de solidão e desconexão, especialmente quando as interações são mediadas por normas de visibilidade e popularidade que favorecem alguns em detrimento de outros (Santini, 2020).

O isolamento ocorre quando a presença online não resulta em uma sensação de inclusão ou pertencimento, mas sim em um distanciamento das interações. Em contextos em que o engajamento é medido por curtidas, comentários e compartilhamentos, indivíduos que não atendem às expectativas algorítmicas ou sociais podem se sentir invisíveis ou irrelevantes, intensificando o sentimento de exclusão. Esse isolamento pode ser particularmente agudo para aqueles cujas identidades, opiniões ou formas de expressão não se alinham com as normas predominantes nas plataformas, resultando em uma experiência fragmentada e solitária (Modolo, Carvalho e Dias, 2023).

Para muitos, o ambiente oferece um espaço para a troca de ideias e a construção de redes de apoio que transcendem as limitações geográficas, a possibilidade de conectar-se com outras pessoas que compartilham interesses, valores ou experiências semelhantes pode criar um senso de pertencimento que atenua os sentimentos de isolamento. Esses espaços podem ser importantes para o desenvolvimento de identidades e para o apoio emocional, especialmente em momentos de crise ou vulnerabilidade (Silva, 2023).

Entretanto, o engajamento, embora promissor, pode ser superficial ou efêmero, falhando em preencher lacunas emocionais mais profundas; as interações online, muitas vezes limitadas à troca de mensagens curtas ou símbolos de aprovação, como curtidas e emojis, podem carecer da profundidade e da autenticidade necessárias para formar conexões humanas. Essa lacuna entre a presença virtual e a intimidade real pode reforçar o isolamento, mesmo em meio a um alto nível de atividade digital (Costa, 2020).

As dinâmicas de aceitação e rejeição nas comunidades online configuram-se como processos sociais complexos que envolvem a negociação contínua de pertencimento e exclusão. A natureza pública e amplamente acessível das plataformas digitais permite que indivíduos busquem reconhecimento e validação, enquanto, simultaneamente, se expõem a julgamentos e críticas, dentro desse cenário, a aceitação ou a rejeição de membros em uma comunidade virtual

depende de uma série de fatores, que incluem conformidade com normas grupais, visibilidade algorítmica e o manejo das expectativas sociais que governam as interações nessas plataformas (Silveira, 2019).

A aceitação em comunidades online pode ser facilitada pela adoção de práticas de linguagens e comportamentos que se alinhem com as normas do grupo, tais práticas muitas vezes envolvem a adoção de símbolos ou códigos compartilhados, que funcionam como marcadores de pertencimento. A participação em discussões coletivas, o apoio mútuo e a troca de conteúdo validam os indivíduos dentro da comunidade, criando um ciclo de visibilidade e reconhecimento que reforça a identidade do grupo e dos seus membros. Essas dinâmicas de aceitação são especialmente importantes para indivíduos de minorias sociais, que podem encontrar nas comunidades online um espaço seguro para a expressão de suas identidades e demandas políticas. A rejeição ocorre quando indivíduos são percebidos como desvios das normas estabelecidas ou quando suas ações e discursos desafiam a coesão interna da comunidade. Esse processo de exclusão pode ser explícito, manifestando-se através de assédio, ostracismo ou boicote digital, ou mais sutil, por meio da redução da visibilidade e do engajamento com suas postagens e contribuições. A rejeição pode ser agravada pelas dinâmicas algorítmicas que priorizam certos tipos de comportamento, favorecendo a reprodução de padrões homogêneos em detrimento da diversidade de pensamento e de expressão (Costa, 2020).

As consequências da aceitação ou rejeição online reverberam na construção da identidade pessoal e social dos indivíduos, a aceitação reforça a autoestima e o senso de pertencimento, enquanto a rejeição pode gerar sentimentos de alienação, marginalização e até impacto psicológico negativo. A forma como os algoritmos amplificam ou minimizam esses processos também direcionam a visibilidade de determinados discursos ou indivíduos e silenciar outros, assim, o controle algorítmico das dinâmicas de aceitação e rejeição influencia a coesão das comunidades online e a percepção de si por parte de seus membros (Santini, 2020).

Essas dinâmicas de aceitação e rejeição não se limitam à interação direta entre indivíduos, mas também estão profundamente enraizadas nas estruturas tecnológicas que moldam a forma como as comunidades são organizadas e como o engajamento é mediado. A tensão entre pertencimento e exclusão nas comunidades online reflete, em última análise, a luta contínua por visibilidade, reconhecimento e validação em um espaço digital que simultaneamente permite e limita a expressão de identidades diversas (Silveira, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia adotada no presente trabalho foi uma revisão narrativa da literatura, incluindo uma análise detalhada de textos relacionados ao tema. As informações foram coletadas por meio de bases de dados acadêmicas renomadas como **Scientific Electronic Library Online (SciELO)**, **banco de Teses da CAPES** e **Google Scholar**, além de livros e periódicos científicos relevantes, considerando materiais em português, inglês e espanhol.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), busca familiarizar o pesquisador com o problema, tornando-o mais claro e facilitando a formulação de hipóteses. Esse tipo de estudo é flexível e utiliza levantamento bibliográfico, entrevistas com especialistas e análise de casos. Não visa resultados conclusivos, mas sim aprofundar o conhecimento inicial e orientar pesquisas futuras.

Conforme apontado por Dourado e Ribeiro (2023), essa estratégia de revisão literária fornece uma base sólida para os dados, pois sintetiza contribuições de diversas fontes selecionadas, ajudando a identificar lacunas em estudos anteriores.

Para a compilação da bibliografia e desenvolvimento desse trabalho, foi realizada uma análise qualitativa dos textos e uma leitura detalhada dos resumos de cada documento, do mês de julho a dezembro, com os seguintes descritores: **Identidade de gênero, algoritmos, cultura digital e representação social**. A seleção temporal do material privilegiou publicações dos últimos cinco anos, de 2019 a 2024, sendo usado como critérios de inclusão trabalhos que discutem acerca do tema de identidade de gênero e/ou sexual, algoritmo, representações sociais e cultura digital, garantindo assim uma compreensão atualizada e abrangente do tema, fortalecendo a base para os resultados da pesquisa e enriquecendo o corpo científico relacionado ao assunto.

4. TRABALHOS ENCONTRADOS

Conforme já apresentado na metodologia, foram examinadas teses e dissertações em três bases de dados. Foi feita a leitura dos resumos e das considerações finais em cada um dos trabalhos que aparecem na tabela. Os principais achados, encontrados e que foram selecionados a partir dos critérios de inclusão e exclusão, estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 – dados dos trabalhos encontrados nas bases de dados BDTD, CAPES.

Descritores	SciELO	CAPES	Google Scholar
1. Identidade de gênero	12	42	54
2. Algoritmo	25	35	62
3. Cultura digital	28	42	37
4. Representação social	55	30	66

Fonte: criado pelo próprio pesquisador

Na tabela a seguir, são listados todos os trabalhos considerados relevantes encontrados. Para a seleção desses trabalhos, foi levado em consideração a relação dos seus temas com os descritores desse trabalho, a sua relação com o ambiente digital e como esse ambiente pode influenciar nas relações sociais.

Tabela 2 – trabalhos relevantes encontrados nas plataformas.

Ano	Título	Área
2022	“FOLKSONOMIA NO CONTEXTO LGBTQIA+: descortinando o preconceito e a discriminação da informação gênero-sexualidade nos ambientes digitais”	Ciência da Informação e Psicologia
2021	“Sexualidade, gênero e Internet: aspectos do uso das TIC na constituição de redes de sociabilidade e produção de si entre jovens”	Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos
2020	“Gênero, ciência e etnografia digital: Aproximações e potencialidades”	Antropologia da Ciência e da Tecnologia
2022	“ <i>Digital sexual identities: Between empowerment and disempowerment</i> ”	Psicologia da Tecnologia, gênero e sexualidade
2022	“ <i>Sexual orientation across porn use, sexual fantasy, and In-Person Sexuality: Visualizing</i> ”	Psicologia Social e Saúde Sexual

	<i>branchedness and coincidence via Sexual Configurations Theory</i>	
2019	<i>“Gender/sex, Sexual orientation, and identify are in the body: How did they get there?”</i>	Biologia e Desenvolvimento de Gênero
2019	“Performatividades no ciberespaço: Ativismo infantil LGBT nas redes sociais”	Gênero, Cultura e Infância
2020	“Estratégias socioeducativas das telenovelas em tempos de convergência: Uma análise da narrativa de gênero e sexualidade na esfera ficcional de A Força do Querer”	Ciências Sociais e Comunicação
2022	“Incels e Misoginia On-line em tempos de cultura digital”	Psicologia Social
2022	<i>“Information and communication technology-based health interventions for transgender people: A scoping review”</i>	Tecnologia da Informação e Comunicação e Ciências Sociais
2020	<i>“The Role of Information and Communication technology in End-of-Life planning among a sample of Canadian LGBT older adults”</i>	Saúde Pública e Tecnologia da Informação
2022	<i>“The Dandarah App: An mHealth Platform to Tackle violence and discrimination of sexual and gender minority persons living in Brazil”</i>	Direitos Humanos, Saúde Pública e Mental

Fonte: criado pelo próprio pesquisador

O primeiro trabalho, “FOLKSONOMIA NO CONTEXTO LGBTQIA+: descortinando o preconceito e a discriminação da informação gênero-sexualidade nos ambientes digitais”, trata-se de um artigo, ligado a área de Ciência da Informação e Psicologia, publicado no ano de 2022, com o seguinte objetivo: refletir acerca do preconceito e da discriminação no âmbito das práticas colaborativas de representação de conteúdos por meio da Folksonomia.

O segundo trabalho, “Sexualidade, gênero e Internet: aspectos do uso das TIC na constituição de redes de sociabilidade e produção de si entre jovens”, um artigo publicado em 2021, ligado a área de Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos, tem o seguinte objetivo: propor uma reflexão sobre o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos processos de socialização de jovens que não se identificam com modelos ou roteiros convencionais de gênero e sexualidade. Mais especificamente, reflete sobre dinâmicas relacionadas à constituição de redes de sociabilidade e produção de si, vivenciadas por meio das TIC.

No trabalho intitulado “Gênero, ciência e etnografia digital: Aproximações e potencialidades”, publicado em 2020, as autoras têm como objetivo refletir sobre as possibilidades etnográficas a partir da produção de ciências, tecnologias e saberes que

propiciam a produção de gêneros e sexualidades e, com isso, novos corpos e sujeitos. O fazer etnográfico a partir de pesquisas de gênero e sexualidade que dialogam com a antropologia da Ciência e Tecnologia, considerando que a dicotomia *online/offline* não é capaz de contemplar as articulações e experiências de gênero e sexualidade em rede, uma vez que as fronteiras entre material/virtual podem se mesclar e repercutir entre si.

No quarto trabalho, *“Digital sexual identities: Between empowerment and disempowerment”*, publicado em 2022, os autores discutem o estado atual de grupos específicos de diferentes identidades sexuais no contexto digital. Essa revisão demonstra que identidades sexuais no âmbito digital são mais compreendidas como fenômenos sociotécnicos multifacetados com resultados ambivalentes. Considerando que o desenvolvimento dessas identidades pode oferecer oportunidades de empoderamento, ao mesmo tempo que podem se confrontar com invalidações, exclusão social, discriminação e criminalização.

O quinto trabalho, *“Sexual orientation across porn use, sexual fantasy, and In-Person Sexuality: Visualizing branchedness and coincidence via Sexual Configurations Theory”*, também publicado em 2022, os autores manipularam círculos digitais representando o uso de pornografia, sexualidade presencial e fantasias em um tablet durante entrevistas presenciais. Foi usado a sobreposição de círculos para representar o grau de interesses sexuais compartilhados em contextos diversos, onde foram encontradas evidências que os interesses sexuais eram ramificados e coincidentes, contribuindo para o entendimento das orientações sexuais como multifacetadas em diferentes contextos, ajudando a entender a orientação sexual nesses diferentes contextos.

No sexto trabalho, *“Gender/sex, Sexual orientation, and identify are in the body: How did they get there?”*, publicado em 2019, a autora explora abordagens teóricas e empíricas para o desenvolvimento de gênero/sexo e orientação sexual, ela entrelaça sexo, gênero, orientação, corpos e culturas sem uma demanda para escolher um em detrimento do outro.

No sétimo trabalho, *“Performatividades no ciberespaço: Ativismo infantil LGBT nas redes sociais”*, de 2019, os autores têm como objetivo analisar a mobilização da cultura digital pela infância com base na história de uma criança estadunidense de doze anos que se monta como *drag queen*, procurando compreender e tensionar o fenômeno e a sua performatividade no ciberespaço e na mídia a partir do protagonismo da criança e a revisão bibliográfica envolvendo cibercultura, infâncias, gênero e sexualidade.

No oitavo trabalho encontrado, *“Estratégias socioeducativas das telenovelas em tempos de convergência: Uma análise da narrativa de gênero e sexualidade na esfera ficcional de A Força do Querer”*, de 2020, os autores buscam entender como foram desenvolvidas as ações

socioeducativas relacionadas à transição de gênero da personagem Ivana/Ivan, do universo ficcional da novela “A força do querer” (2017), considerando a lógica da cultura da participação, que molda as formas de emissão e recepção na era da convergência.

No nono trabalho, “*Incel e Misoginia On-line em tempos de cultura digital*”, de 2022, os autores têm como objetivo problematizar como os discursos misóginos e antifeministas são produzidos e disseminados contemporaneamente no mundo digital. Para isso, eles trazem o conceito de masculinidade hegemônica para problematizar as formações discursivas que se materializam através de ideias importadas de sites estrangeiros.

No décimo trabalho, “*Information and communication technology-based health interventions for transgender people: A scoping review*”, de 2022, os autores ressaltam que num passado recente tem havido um forte interesse no uso de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para fornecer assistência médica a populações “difíceis de alcançar”. Com isso, o objetivo deles é explorar os tipos de intervenções de saúde baseadas em TIC para pessoas transgênero, e as preocupações sobre o uso dessas intervenções e maneiras de abordar essas preocupações.

No décimo primeiro trabalho, “*The Role of Information and Communication technology in End-of-Life planning among a sample of Canadian LGBT older adults*”, de 2020, os autores, a partir de grupos focais, exploram fatores ligados a diversas orientações sexuais e identidades de gênero para entender melhor o papel da tecnologia no planejamento da terceira idade entre adultos LGBT mais velhos utilizando quatro categoriais: Medo, benefícios individuais, elementos sociais e elementos contextuais.

No décimo segundo trabalho, “*The Dandarah App: An mHealth Platform to Tackle violence and discrimination of sexual and gender minority persons living in Brazil*”, de 2022, as autoras descrevem o desenvolvimento de uma solução mHealth para ajudar a lidar com a violência contra pessoas de minorias sexuais e de gênero (SGM), considerando que a discriminação e violência são amplamente vivenciadas por essas pessoas em todo mundo, especialmente no Brasil onde uma pessoa SGM é assassinada todos os dias no Brasil por sua sexualidade ou identidade de gênero, sendo a maior taxa de homicídios relatada no mundo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A identidade de gênero e a sexualidade no contexto digital emergem como temas complexos e multifacetados, exigindo uma análise atenta às diversas dinâmicas envolvidas. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) desempenham um papel central na formação e expressão dessas identidades, atuando tanto como agentes de empoderamento quanto como espaços onde preconceitos e discriminação podem se perpetuar. Em um cenário em que as plataformas digitais são amplamente utilizadas para construção de identidades e sociabilidade, questões como a discriminação de gênero e a visibilidade das diferentes orientações sexuais ganham relevância. DE SANTANA et al. (2022) chamam a atenção para o fenômeno da folksonomia no ambiente digital, em que os próprios usuários categorizam a informação. Esse processo pode, por vezes, reforçar preconceitos relacionados ao gênero e à sexualidade, dificultando a inclusão de identidades LGBTQIAPN+ e perpetuando a discriminação, um cenário que desafia a noção de liberdade de expressão nas redes.

No caso específico dos jovens, as TIC funcionam como um espaço onde as identidades de gênero e sexualidade são constantemente negociadas e expressas. AGUIÃO (2021) destaca que a internet oferece aos jovens uma plataforma para experimentar e construir suas narrativas, sendo um campo fértil para a formação de redes de sociabilidade. Entretanto, essa liberdade de expressão digital também convive com práticas discriminatórias, como o assédio e a marginalização de identidades não normativas, que são frequentemente encontradas em interações nas redes sociais. A dualidade entre liberdade e opressão nas redes digitais se torna, assim, um ponto crucial a ser analisado. Ademais, é importante destacar sobre os jovens que acabaram de iniciar suas vidas digitais e como evitar que caiam nessas “armadilhas”, fazendo com que não perpetuem ou sofram tais opressões, pois estão entrando em um campo totalmente novo.

A etnografia digital, abordada por BATISTA e DE SOUZA (2020), emerge como uma metodologia valiosa para entender essas interações. Ao investigar as práticas e as experiências de indivíduos no ambiente digital, é possível perceber como os espaços online são usados para afirmar ou contestar identidades de gênero e sexualidade. A etnografia digital oferece um olhar aprofundado sobre como os indivíduos, especialmente dentro das comunidades LGBTQIAPN+, utilizam a internet para se afirmar e resistir a normas sociais tradicionais. Contudo, a internet também se configura como um ambiente onde o preconceito e a exclusão permanecem presentes, embora muitas vezes de forma mais velada ou

disfarçada, o que impõe um desafio para os pesquisadores e para a sociedade em geral.

Grupos velados em plataformas como *Discord*, *Telegram* e *Reddit*, que tem como público-alvo os mais jovens, contribuem para perpetuação desses preconceitos e exclusões sociais, pois mantém esses indivíduos num certo anonimato. Em contrapartida, esse anonimato pode ajudar pessoas que não seguem as normas sociais tradicionais a resistir e não serem perseguidas. Dessa forma, a dualidade da internet e das suas comunidades virtuais fica ainda mais evidenciada.

No debate sobre as identidades digitais sexuais, DÖRING, BHANA e ALBURY (2022) abordam a tensão entre empoderamento e desempoderamento nas plataformas digitais. Para os indivíduos LGBTQIAPN+, o anonimato e a possibilidade de interações sem a pressão de normas sociais podem ser vistos como uma forma de autonomia, permitindo uma maior exploração de suas identidades. No entanto, essa mesma estrutura pode ser usada para perpetuar estigmas, como o preconceito e a marginalização, especialmente em plataformas que não possuem sistemas eficazes de moderação. A ideia de que a digitalização das identidades sexuais pode tanto empoderar quanto submeter é um ponto central para entender as nuances do uso da internet na constituição de gênero e sexualidade.

Outro aspecto importante a ser considerado é o impacto de conteúdos como pornografia e fantasias sexuais na formação das identidades digitais. GORMEZANO et al. (2022) discutem a teoria das configurações sexuais, que oferece uma visão mais ampla sobre como as identidades sexuais se ramificam e se entrelaçam nas interações digitais. Nesse contexto, as representações de sexualidade presentes no ambiente digital, especialmente em conteúdos voltados para o prazer e a fantasia, podem influenciar tanto a construção da identidade quanto a percepção do outro, muitas vezes desafiando as normas tradicionais sobre sexo e gênero.

FAUSTO-STERLING (2019) destaca que a identidade de gênero e a orientação sexual não são apenas construções sociais, mas também estão enraizadas no corpo, sendo moldadas por fatores biológicos, culturais e sociais. No ambiente digital, essas construções se tornam ainda mais fluidas, dado o potencial da internet em proporcionar diferentes formas de expressão. No entanto, o espaço digital também pode ser palco de tensões, onde o corpo físico, a cultura local e as influências digitais se entrelaçam, criando um campo de disputas pela aceitação e validação de diferentes identidades sexuais e de gênero. Apesar disso, a questão de maior fluidez no ambiente digital pode ser questionada, considerando que ainda há normas sociais e discursos tradicionais que perpetuam a sociedade e muitas vezes restringem outras formas de expressar sua identidade.

Ao abordar o contexto digital, não podemos ignorar a polarização e os discursos de ódio que frequentemente surgem nas interações online. O anonimato e a distância proporcionados pelas plataformas digitais exacerbam as manifestações de intolerância, prejudicando especialmente as pessoas cujas identidades de gênero ou orientações sexuais se desviam das normas heteronormativas. O discurso de ódio no ambiente digital, muitas vezes camuflado em disfarces de liberdade de expressão, cria um ambiente hostil para as identidades não normativas. A resistência e a inclusão, portanto, convivem com práticas excludentes e violentas nas interações digitais.

Por outro lado, a internet também oferece espaços de visibilidade para as comunidades LGBTQIAPN+. Plataformas como redes sociais, blogs e fóruns funcionam como locais de encontro, onde pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diversas podem compartilhar suas experiências, formar alianças e reivindicar seus direitos. Nesse sentido, a internet se torna uma ferramenta de afirmação e empoderamento, permitindo que indivíduos que, muitas vezes, não encontram apoio em suas comunidades físicas, possam construir uma rede de suporte e solidariedade. A construção de uma cultura de resistência e visibilidade digital é, portanto, um elemento central na transformação das interações online.

Contudo, é importante lembrar que o ambiente digital não é isento de desafios. Enquanto oferece novas formas de expressão e visibilidade, a internet também apresenta riscos significativos, como a perpetuação de estigmas, o reforço de normas e a exclusão de identidades não heteronormativas. O anonimato e a falta de fiscalização eficaz em muitos espaços digitais tornam as interações mais propensas à discriminação. Por isso, as plataformas digitais precisam ser vistas não apenas como espaços de liberdade, mas também como ambientes que exigem regulamentação e práticas éticas para garantir a inclusão e a proteção das identidades de gênero e sexualidade.

As representações de gênero e sexualidade na cultura digital emergem como um campo multifacetado e dinâmico, refletindo as complexas interações entre tecnologias, identidades e normas sociais. O ambiente digital, especialmente por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), se tornou um espaço central para a construção e a visibilidade dessas identidades, permitindo novas formas de expressão e resistência, ao mesmo tempo em que apresenta desafios relativos ao preconceito, discriminação e marginalização. ROSA e FELIPE (2019) destacam o ativismo infantil LGBTQIAPN+ nas redes sociais, onde crianças e jovens utilizam o ciberespaço para afirmar suas identidades e desafiar as normas tradicionais de gênero e sexualidade. Essa performatividade digital, ao mesmo tempo em que oferece liberdade de expressão, também expõe os indivíduos a uma

realidade de preconceito e estigmatização, que se manifesta nas interações online. Ao sair do anonimato, esse preconceito e estigmatização se intensifica, mas também contribui para uma maior representatividade e visibilidade.

A cultura digital se configura como um espaço de afirmação e resistência, mas também de reprodução de normas sociais que moldam as identidades de gênero e sexualidade. Um exemplo claro dessa dinâmica é a representação dessas questões nas telenovelas, um dos veículos de maior alcance no Brasil. FERREIRA et al. (2020) discutem como a novela *A Força do Querer* aborda temas de gênero e sexualidade, desafiando normas tradicionais e promovendo a visibilidade de identidades sexuais e de gênero não heteronormativas. A convergência midiática, com a interação entre a televisão e as plataformas digitais, permite que essas narrativas tenham um alcance ainda maior, impactando um número crescente de espectadores. No entanto, essas representações midiáticas podem ser tanto uma ferramenta de transformação quanto um reflexo das tensões sociais que ainda existem em relação à diversidade sexual e de gênero.

Além da visibilidade das identidades não normativas, a cultura digital também tem sido marcada pela amplificação de discursos de ódio e violência simbólica, especialmente em relação às mulheres e minorias de gênero. DE SOUZA LIMA-SANTOS e DOS SANTOS (2022) abordam o fenômeno da misoginia online, em que grupos como os incels (involuntary celibates) encontram nas plataformas digitais um espaço para difundir ideologias antifeministas e misóginas. Esses grupos, muitas vezes, utilizam a internet para consolidar narrativas de ódio contra mulheres e pessoas de identidades de gênero não conformes, criando um ambiente digital hostil e excludente. Essa dinâmica revela o caráter ambíguo da internet: ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de resistência e visibilidade, também perpetua formas de exclusão e violência, em um ciclo difícil de romper.

No entanto, as TIC também têm se mostrado como ferramentas essenciais para promover o bem-estar de populações marginalizadas, como as pessoas transgênero. WONG et al. (2022) apontam a importância das intervenções digitais na promoção da saúde e do apoio emocional para pessoas trans, especialmente aquelas que enfrentam dificuldades no acesso a cuidados médicos e psicossociais. Plataformas digitais oferecem recursos educativos e espaços de suporte, permitindo que pessoas trans acessem informações essenciais e se conectem com outras pessoas que compartilham experiências semelhantes. Essas representações digitais, que visam promover a inclusão e o acolhimento, são fundamentais para garantir que a saúde e os direitos dessa população sejam respeitados, ao mesmo tempo em que ajudam a combater estigmas e preconceitos profundamente enraizados na sociedade.

Outro aspecto relevante da cultura digital e das TIC é a representação de populações LGBTQIAPN+ mais velhas. MOCK et al. (2020) discutem como as tecnologias digitais podem ser uma ferramenta para a promoção do planejamento de fim de vida para adultos mais velhos LGBTQIAPN+, que frequentemente enfrentam uma marginalização dupla devido à sua orientação sexual e idade. Nesse contexto, as plataformas digitais desempenham um papel importante ao oferecer um espaço para que essas pessoas compartilhem suas histórias, busquem apoio e se conectem com outras pessoas que compreendem suas experiências. As representações de pessoas LGBTQIAPN+ mais velhas na cultura digital, embora ainda em processo de evolução, têm a capacidade de desafiar a invisibilidade dessa população, trazendo à tona questões que muitas vezes são negligenciadas.

Além disso, iniciativas digitais têm sido criadas para combater a violência e a discriminação contra pessoas de minorias sexuais e de gênero. BAPTISTA SILVA et al. (2022) discutem o Dandarah, um aplicativo de saúde que visa apoiar pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, oferecendo suporte psicológico e legal para aqueles que enfrentam violência e discriminação. Esses aplicativos e plataformas digitais são ferramentas importantes na luta pela igualdade e pelo reconhecimento de direitos, criando espaços seguros para indivíduos que, muitas vezes, se encontram à margem da sociedade. Ao proporcionar acesso a serviços de saúde e apoio jurídico, essas representações digitais se tornam um reflexo da resistência contra a violência institucionalizada e do esforço contínuo pela inclusão.

Contudo, a cultura digital não é apenas um campo de resistência e empoderamento. As representações de gênero e sexualidade nas redes sociais, muitas vezes, se baseiam em estereótipos e normas de comportamento rígidas. As influenciadoras digitais e celebridades, por exemplo, são frequentemente representadas de acordo com padrões de beleza e comportamento tradicionais, o que pode limitar a diversidade de representações disponíveis nas plataformas. Embora haja uma crescente visibilidade de identidades de gênero não binárias, queer e trans, os estereótipos e as normas heteronormativas ainda dominam as narrativas predominantes, tanto nas mídias sociais quanto nos meios de comunicação em geral. Essa contradição evidencia a tensão existente entre a evolução das representações e a permanência de certos padrões.

Essa tensão também se reflete na forma como as identidades de gênero e sexualidade são representadas nas plataformas digitais. Por um lado, há uma crescente inclusão e visibilidade, com a emergência de movimentos sociais que lutam pela aceitação e pelos direitos das minorias sexuais e de gênero. Por outro lado, a cultura digital também é um campo em que o preconceito e a discriminação podem ser facilmente ampliados. As redes

sociais, por exemplo, têm sido tanto um palco de inclusão quanto de exclusão, onde discursos de ódio contra minorias podem se espalhar rapidamente, alimentados por algoritmos que favorecem conteúdos polêmicos e polarizadores. Isso mostra que, embora as plataformas digitais possam ser aliadas na luta por maior visibilidade, elas também têm o poder de reforçar os preconceitos existentes.

Em termos de representações de gênero e sexualidade, a cultura digital tem um papel ambíguo. Ela permite a criação de novos espaços de expressão e resistência, mas também serve como uma plataforma para a perpetuação de normas e estereótipos. As narrativas de gênero e sexualidade digitalizadas estão em constante negociação, onde ativistas e grupos de minorias buscam transformar essas representações em uma força para a inclusão e para a justiça social. No entanto, ainda existem obstáculos significativos para garantir que todas as identidades sejam representadas de maneira justa e respeitosa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho contribuiu para uma compreensão mais ampla sobre como os algoritmos influenciam nas relações interpessoais e dinâmicas sociais, demonstrando como essa relação possui uma grande influência ambígua. Ao mesmo tempo que contribuem para a liberdade de expressão, de gênero e sexual, também contribuem para um ambiente de discriminação e discursos tradicionais.

A cultura digital tem se mostrado um campo fértil para a construção e afirmação das identidades de gênero e sexualidade, permitindo uma maior visibilidade e um espaço para o ativismo e a resistência. No entanto, essa visibilidade também traz consigo desafios significativos, como o fortalecimento de estereótipos e a perpetuação de discursos de ódio e discriminação. As plataformas digitais, ao mesmo tempo que oferecem uma ferramenta poderosa para a construção de narrativas de inclusão e diversidade, também se configuram como locais onde os preconceitos históricos podem ser ampliados e reforçados.

A capacidade das tecnologias digitais de criar espaços de expressão e empoderamento é inegável, especialmente quando se observa o uso de redes sociais e outras plataformas por indivíduos e grupos que buscam afirmar suas identidades de gênero e sexualidade. Contudo, essa liberdade também se vê limitada pelas estruturas de poder presentes nessas plataformas, como algoritmos que podem favorecer conteúdos polarizadores e conteúdos que alimentam estigmas e preconceitos. Esse paradoxo entre visibilidade e discriminação revela a necessidade de uma constante reflexão sobre o papel das TICs na construção de uma sociedade digitalmente inclusiva.

Além disso, a questão da representação de identidades não heteronormativas na mídia e nas redes sociais permanece um ponto central. Embora as representações de gênero e sexualidade estejam se diversificando, os padrões tradicionais de comportamento e aparência ainda dominam as narrativas predominantes, o que limita a possibilidade de uma verdadeira pluralidade de representações. A resistência a essas normas é uma luta contínua, que envolve tanto o reconhecimento de identidades múltiplas quanto a desconstrução dos estereótipos que continuam a ditar o que é considerado "normal".

A criação de plataformas e aplicativos voltados para o acolhimento e apoio de populações marginalizadas, como as pessoas trans e LGBTQIA+ mais velhas, é uma resposta positiva às lacunas deixadas pela sociedade em relação ao acesso à saúde e aos direitos dessas comunidades. No entanto, a presença de violências simbólicas e a marginalização digital

ainda são realidades enfrentadas por muitas pessoas, o que indica que as representações digitais precisam evoluir para garantir uma verdadeira inclusão. A construção de espaços digitais mais seguros e respeitosos é fundamental para a promoção do bem-estar e da dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Em síntese, as representações de gênero e sexualidade na cultura digital são complexas e multifacetadas, refletindo tanto avanços significativos quanto obstáculos persistentes. As tecnologias digitais desempenham um papel crucial na transformação das narrativas sociais, mas esse processo está longe de ser unidimensional. Para que as identidades de gênero e sexualidade sejam realmente representadas de maneira justa e plural, é necessário continuar a luta contra a discriminação e a violência, ao mesmo tempo em que se promove uma maior inclusão e valorização da diversidade em todas as suas formas. O desafio está em transformar as plataformas digitais em espaços cada vez mais acolhedores e afirmativos para todas as pessoas, respeitando suas identidades e experiências.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sergiana Cortez de. O contradiscurso de resistência feminista em interações online: estratégias no combate ao antifeminismo. 2020.

AGUIÃO, Silvia. Sexualidade, gênero e Internet: aspectos do uso das TIC na constituição de redes de sociabilidade e produção de si entre jovens. *Dinâmicas de gênero no uso das tecnologias digitais*, p. 113, 2021.

AMARAL, Inês; FLORES, Ana Marta; ANTUNES, Eduardo. Desafiando imaginários: práticas mediadas de jovens adultos em aplicações móveis. *Media & Jornalismo*, v. 22, n. 41, 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (ANAMATRA). Cartilha de direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Brasília: Anamatra, 2022. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/images/LGBTQIA/CARTILHAS/Cartilha_Comiss%C3%A3o_LGBTQIAPN.pdf

ARAÚJO, Wallacy Jhon Silva et al. Iniciação sexual precoce de adolescentes masculinos em contexto de diversidade de gênero. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 32, 2023.

BAPTISTA SILVA, Angélica et al. The Dandarah app: na mhealth platform to tackle violence and discrimination of sexual and gender minority persons living in Brazil. *International journal of environmental research and public health*, v. 20, n. 1, p. 280, 2022.

BATISTA, Júlia Vargas; DE SOUZA, Érica Renata. Gênero, ciência e etnografia digital: Aproximações e potencialidades. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 29, n. 2, p. e175199-e175199, 2020

BEIGUELMAN, Giselle. Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera. 2021.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

CARIBÉ, João Carlos Rebello. Vida Conectada: desafios e desenvolvimento de uma plataforma para divulgação científica de pesquisas sobre mediação algorítmica. 2021.

COSTA, Diego Carneiro. O viés do algoritmo e a discriminação por motivos relacionados à sexualidade. 2021.

COSTA, Pedro Rodrigues. Impactos da captologia. Problemáticas, desafios e algumas consequências do “dar vistas” ao ecrã em rede. 2020.

CUNHA, Eduardo Soares da. “Sou gay e Jesus me aceita”: um estranhamento discursivo?. *Macabéa-Revista Eletrônica do Netlli*, v. 10, n. 1, 2020.

DE SANTANA, Sergio Rodrigues et al. Folksonomia no contexto LGBTQIA+: descortinando o preconceito e a discriminação da informação gênero-sexualidade nos ambientes digitais. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 8, n. 2, p. 151-173, 2022.

DE SOUZA LIMA-SANTOS, André Villela; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, n. 3, p. 1081-1102, 2022.

DORING, Nicola; BHANA, Deevia; ALBURY, Kath. Digital sexual identities: Between empowerment and disempowerment. *Current Opinion in Psychology*, v. 48, p. 101466, 2022.

DOURADO, Simone; RIBEIRO, Ednaldo. Metodologia qualitativa e quantitativa. Editora chefe Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira Editora executiva Natalia Oliveira Assistente editorial, p. 12, 2023.

DUPONT, Isabelle. “Algoritmos: como eles moldam nossas experiências online.” Computação e Mercado, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://computacaoemercado.com.br/software/algoritmos-como-eles-moldam-nossas-experiencias-online>

FAUSTO-STERLING, Anne. Gender/sex, sexual orientation, and identity are in the body: How did they get there?. The Journal of Sex Research, v. 56, n. 4-5, p. 529-555, 2019.

FERREIRA, Flávio Júnior Freitas et al. Estratégias socioeducativas das telenovelas em tempos de convergência: uma análise da narrativa de gênero e sexualidade na esfera ficcional de A Força do Querer. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

FIGUEIREDO, Carlos. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, v. 21, n. 1, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORMEZANO, Aki M. et al. Sexual orientation across porn use, sexual fantasy, and in-person sexuality: Visualizing branchedness and coincidence via sexual configurations theory. Archives of Sexual Behavior, v. 51, n. 2, p. 1201-1219, 2022.

JANSEN, Lucas Lima. Como vou explicar isso a uma criança?: análise das repercussões da publicidade fora do armário (outvertising). 2024.

KELLER, Elaine Cristine Zordan. A tutela da identidade de gênero na LGPD: uma análise na perspectiva de dado sensível. 2022.

LIMA, Dulcilei C.; OLIVEIRA, Taís. Negras in tech: Apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. cadernos pagu, 2021.

MASTROPAOLO, Josefina. Punição e controle do feminino: Funcionalidade da violência sexual no capitalismo. Violência sexual contra a mulher: abordagens, contexto e desafios, p. 113-129, 2022.

MEIRELES, Adriana Veloso. Algoritmos e autonomia: relações de poder e resistência no capitalismo de vigilância. Opinião Pública, v. 27, n. 1, p. 28-50, 2021.

MOCK, Steven E. et al. The role of information and communication technology in end-of-life planning among a sample of Canadian LGBT older adults. Journal of Applied Gerontology, v. 39, n. 5, p. 536-544, 2020.

MODOLO, Leandro; CARVALHO, Sergio; DIAS, Thais. Questões da saúde digital para o SUS: a “saúde móvel” e a automação algorítmica do saber-poder da medicina. Saúde e Sociedade, v. 32, 2023.

MOREIRA, Cláudio Alexandre Oliveira. Estratégias para o desenvolvimento de uma identidade de gênero positiva e gratificante. 2019.

MOTTER, Julianna Paz Japiassu. O que os algoritmos de busca comunicam sobre as lesbianidades?. Interfaces Científicas-Educação, v. 11, n. 3, 2022.

OLIVEIRA, Fernando Virgílio Albuquerque de. Limites e possibilidades do uso de sistemas de informações: análise de dados sobre violência por orientação sexual e identidade de gênero no estado do Ceará. 2024.

PAGANOTTI, Ivan. Acolhimento e resistência a correções de fake news na pandemia: a experiência do robô Fátima, da agência Aos Fatos, no Twitter. *Mídia e Cotidiano*, v. 15, n. 3, 2021.

PODOLAN, Plinio Gevezier; REIS, Pedro Henrique Baptista. A construção colonial da homotransfobia e a sua perpetuação na era algorítmica em prol do fascismo eterno. *Revista Espirales*, v. 8, n. 1, 2024.

ROSA, Cristiano; FELIPE, Jane. Performatividades No Ciberespaço: Ativismo Infantil LGBT nas Redes Sociais. *Redin-Revista Educacional Interdisciplinar*, v. 8, n. 1, 2019.

SANTINI, Rose Marie. O Algoritmo do Gosto: Os Sistemas de Recomendação On-Line e seus Impactos no Mercado Cultural: Volume 1. 2020.

SILVA, Lucas Melo Ferreira. Algoritmo é para pensar: um estudo sobre a indução dos indivíduos nas práticas de consumo. 2023.

SILVEIRA, Fabio Ferreira da. A questão de gênero no material promocional de prevenção e enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes. 2020.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. 2019.

WONG, Horas TH et al. Information and communication technology-based health interventions for transgender people: a scoping review. *PLOS Global Public Health*, v. 2, n. 9, p. e0001054, 2022.

ZILLER, Joana et al. O algoritmo anti-interseccional: contribuições do pensamento lésbico para análises em plataformas. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 21, n. 39, 2022.